

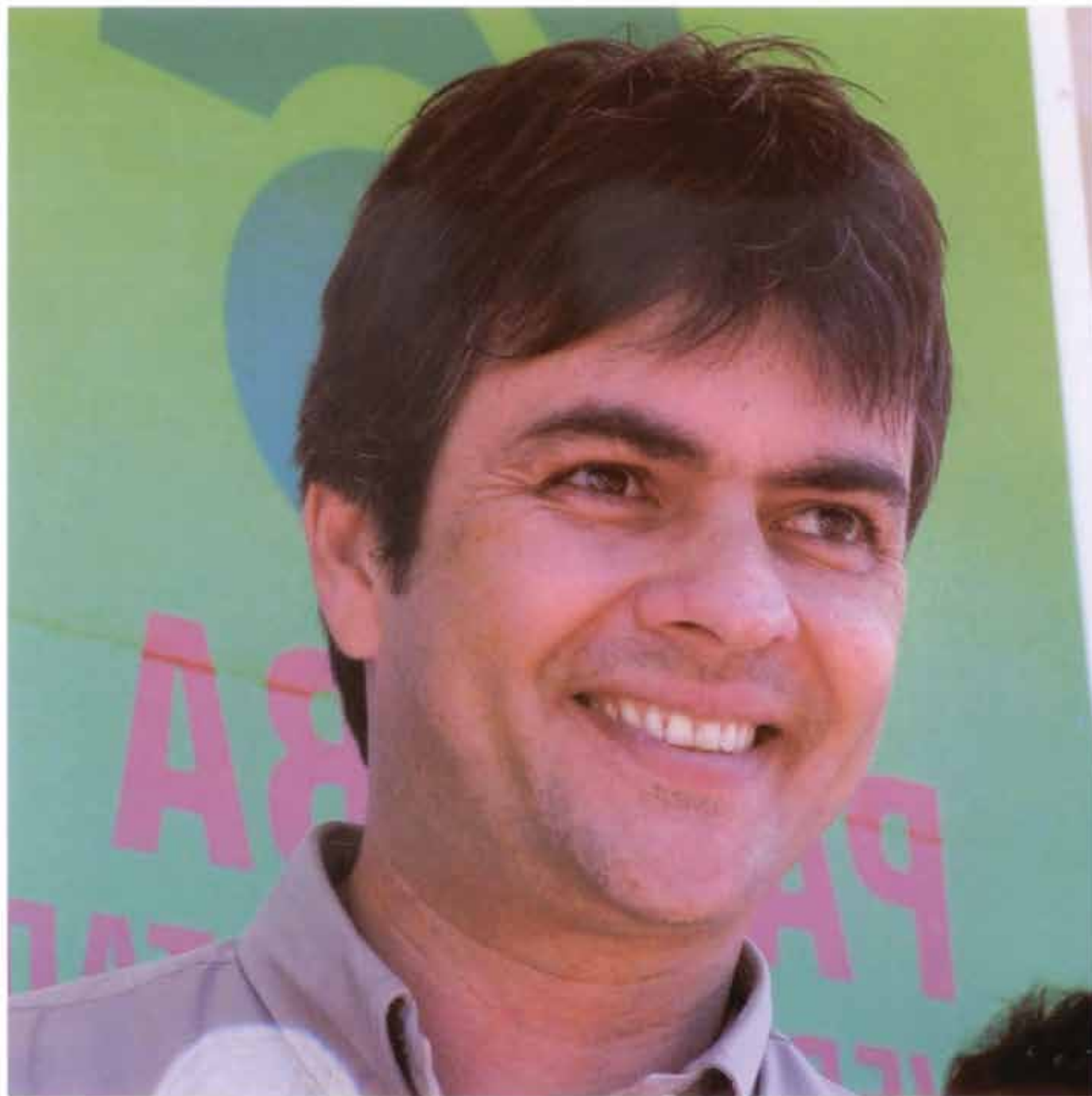
JUSTIÇA CIDADANIA &

COM A PALAVRA, O FUTURO

MIN. CARLOS VELLOSO

STF 175 ANOS DO IMPÉRIO À REPÚBLICA

Editorial: Contradições das Reformas



PARAÍBA: POPULAÇÃO CARCERÁRIA NA INTERNET

Cássio Cunha Lima

Programa vai permitir aos administradores do sistema penitenciário paraibano, à Polícia e à sociedade civil o acesso a informações, inclusive sinais particulares de identificação, sobre cada um dos apenados do Estado.

Com aproximadamente 5.500 apenados, recebendo por mês uma média de 100 novos presos e liberando apenas em torno de 30 a 40, o Estado da Paraíba ocupa proporcionalmente hoje o terceiro lugar no país em termos de população carcerária. A informação é do secretário da Cidadania e Justiça, Vital do Rêgo.

A completa identificação de cada um dos apenados será possível já a partir desses próximos três meses, tempo previsto para a implantação do Programa de Administração Carcerária (PAC).

Segundo informa Vital do Rêgo, o PAC prevê a informatização de todo o sistema prisional do Estado, como também a interligação com todo o sistema de administração carcerária do país e ainda com os serviços de segurança do Estado (Secretaria de Segurança Pública e Polícia Militar). Através desse programa, a administração do sistema penitenciário paraibano e a sociedade como um todo terão disponibilizados em rede de computadores e na Internet os cadastros de todos os apenados, incluindo fotografias e sinais particulares que possam identifica-los.

Para instrumentalizar e garantir eficiência ao Programa de Administração Carcerária na Paraíba, o secretário Antônio Vital do Rêgo informa que já está em andamento o processo de recenseamento de todos os apenados e presos provisórios atualmente internos no sistema prisional do Estado. Dentre os trabalhos relacionados ao recenseamento está a fotografia de perfil, de frente e dos sinais pessoais (naturais ou tatuagens), como também o registro datiloscópico, de cada um dos apenados.

Questionado sobre a viabilidade de implantação efetiva do programa na Paraíba ainda neste primeiro ano da atual administração, o secretário observa que o PAC estará devidamente instalado e operacionalizado até o final do mês de novembro.

Pioneirismo paraibano

Pioneira na implantação do Programa de Administração Carcerária, a Paraíba iniciou os trabalhos no final de agosto, quando foi instalado um link no Presídio Sívio Porto e dois roteadores - um no Sívio Porto e outro na sede da Secretaria de Cidadania e Justiça. Também já está sendo discutido o método de execução do planejamento das informações sobre todos os apenados. Tais informações serão inseridas num sistema de informática que vai interligar, em rede, todas as unidades prisionais do Estado com a Secretaria de Cidadania e Justiça e também com o Departamento Penitenciário Nacional, seguindo assim o compromisso do governador Cássio Cunha Lima de dotar de eficiência operacional, não apenas o Sistema Penitenciário, mas todo o aparato de segurança do Estado.

“Essa iniciativa é muito importante, porque efetivamente vamos ter todos os dados sobre os detentos que integram a população carcerária paraibana, e assim poderemos, por exemplo, localizar, identificar e recapturar com mais rapidez um fugitivo”, enfatiza o secretário adjunto da Cidadania e Justiça, Vital Costa.

Sobre a situação atual, relacionada a informações a respeito dos apenados, Vital afirma que chega a ser jocosa. E explica porquê: “No município de Patos, por exemplo, onde há uma população de 288 apenados, não existe hoje sequer uma ficha de apenado no presídio. Todos se encontram na Vara de Execução Penal. Portanto, o diretor da unidade não tem sequer uma informação em seu poder de um apenado que se encontre cumprindo pena na sua unidade prisional”.

“Isso vai acabar, porque nós vamos implantar o Programa de Administração Carcerária em todas as unidades prisionais do Estado”, assegura.

Benefício para o próprio apenado

A informatização do sistema penitenciário paraibano, de acordo com Vital Costa, também vai beneficiar a própria população carcerária. É que as informações disponibilizadas no sistema servirão inclusive para a Defensoria Pública, isso no que diz respeito aos requerimentos e aos remédios jurídicos necessários para atender cada um dos apenados, especialmente aqueles que já cumpriram pena e que possam continuar privados de liberdade devido a deficiências do próprio sistema.

Aliado a esse mecanismo, o Governo do Estado está estimulando e apoiando a adoção de outra medida para facilitar a vida dos detentos passíveis de ressocialização. Recentemente, inclusive, o Conselho Estadual de Coordenação Penitenciária, integrado pela juíza das Execuções Penais da Capital, o promotor da execução penal da Capital, o coordenador do sistema penitenciário, um representante do Instituto de Psiquiatria e o secretário e o adjunto da Cidadania e Justiça, decidiu que as suas reuniões passarão a ser realizadas numa unidade prisional, e não mais na Secretaria.

“Nós passaremos a averiguar, a analisar os processos dos apenados nas próprias unidades onde eles estão presos, e isso com a presença da juíza das Execuções Penais e de representante do Ministério Público. E a própria juíza poderá despachar os processos inclusive mantendo contato com aquele apenado e orientando, informando da situação processual dele”, observa Vital, salientando que esta medida vai garantir mais celeridade dentro do sistema, “até porque vai estar presente também um defensor público, e aí se verifica o remédio jurídico necessário para a solução daquele problema”.

Governador do Estado da Paraíba